



2024
Relatório Anual
de Atividades





Diálogo e cooperação pela equidade

Sumário

Instituto Article	03
Gaepe-Brasil	16
Gaepe-RO	24
Gaepe-GO	32
Gaepe Arquipélago do Marajó	38
Gaepe-MT	45
Gaepe-PI	51



Somos o Instituto Articule

Nosso propósito é promover avanços na área social com foco em quem mais precisa. Por meio da promoção do diálogo e da articulação entre o Poder Público e a sociedade, induzimos políticas públicas mais efetivas, contribuindo para a redução das desigualdades.

Nascemos em 7 de dezembro de 2017, mas nossa história começa bem antes. Fomos gestados desde 2012 em uma iniciativa inovadora de promoção de diálogo e cooperação entre o Sistema de Justiça, Poder Executivo Municipal e a sociedade civil, que impulsionou o município de São Paulo no movimento necessário para zerar a fila por vagas em creche, em um trabalho de monitoramento e diálogo constante entre instituições públicas e sociedade civil, que perdura até hoje.

E, finalmente, a idealização da nossa constituição como Instituto Articule se consolidou a partir do trabalho desenvolvido na Célula de Soluções

Estratégicas do Grupo de Administração Legal (GEAL) do CRA-SP, que, desde outubro de 2016, dedica-se a aplicar conhecimentos acadêmicos à realidade, desenvolvendo soluções inovadoras para problemas envolvendo políticas públicas sociais, sob as premissas do diálogo entre diversas instituições e setores.

Desenvolvemos uma metodologia única de articulação interinstitucional e temos implementado, Brasil afora, uma iniciativa que visa acelerar a efetividade de políticas públicas educacionais com foco na equidade: os **Gaepes - Gabinetes de Articulação para a Efetividade da Política de Educação**, operacionalizados com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

Além de coordenar os Gaepes junto a parceiros estratégicos, como os Tribunais de Contas, produzimos conhecimento, fazemos *advocacy* com foco em equidade e conectamos instituições públicas e sociedade civil.

Nosso relatório está repleto de ações e resultados concretos. Vamos juntos navegar por essas páginas e conhecê-los!





Priscila Cruz, presidente do Conselho de Fundadores do Instituto Article



O Article está em uma curva de conquista de maturidade institucional muito forte nesses últimos anos. O primeiro sinal disso é que as ações e os resultados do seu trabalho têm demonstrado um grande potencial para promover transformações significativas e duradouras na educação pública brasileira. Em segundo lugar, percebe-se um incremento na construção da sua reputação - por onde ando, converso com diferentes pessoas do campo político-educacional que já conhecem o instituto e reconhecem seu trabalho.



Alessandra Gotti, presidente-executiva do Instituto Article



Neste ano de 2024 demos uma importante virada de chave no ritmo de atuação. O impacto já era percebido anteriormente, mas com a conquista de maior espaço de diálogo com o governo federal, bem como do fortalecimento da nossa articulação com as instituições da República, representantes dos diversos setores e da sociedade civil, conseguimos pautar ações mais impactantes nacionalmente e reforçar os laços de colaboração nos territórios.

O levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil, que atingiu 100% dos municípios brasileiros, é um exemplo concreto. O sonho de um país com mais equidade e justiça social se tornou mais factível!



Rogério Goes, coordenador do Conselho de Gestão do Instituto Article



O Article nasceu com um propósito muito claro, de contribuir para promover mais equidade em nossa sociedade. Esse é um sonho de muitos, mas é preciso foco, método e coragem para trilhar os caminhos necessários para alcançá-lo - e o Article tem conseguido constituir uma rede de profissionais, parceiros e instituições públicas e da sociedade civil comprometidas com essa transformação.

As ações realizadas em 2024 mostram seu potencial de conectar essa rede e impulsionar políticas públicas mais efetivas.



2024: Um ano que transbordou

O ano de 2024 foi um marco na nossa trajetória. Buscando ampliar o impacto dos Gaepes nas políticas públicas, passamos a dialogar de forma mais contínua e colaborativa com diversos setores do governo federal, com destaque para o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); com organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do Brasil e organismos internacionais, a exemplo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Além disso, também fortalecemos nossa interlocução com instituições representativas do Sistema de Controle Externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e nossos parceiros, Atricon e IRB, e do Sistema de Justiça, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O maior reflexo disso foi a realização do levantamento nacional [“Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas”](#), uma iniciativa para coletar junto aos municípios informações a respeito da demanda não atendida por vagas em creches e pré-escolas, com o objetivo de propor um plano para apoiar as gestões municipais a avançarem na garantia de atendimento com redução das desigualdades no acesso.

A pesquisa foi uma iniciativa do grupo de trabalho sobre educação infantil do Gaepe-Brasil, sob nossa coordenação, do qual participaram também o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica; a Atricon; o CNJ; a Fundação Maria

Cecilia Souto Vidigal (FMCSV); o IRB; a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); o Unicef e a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU (AudEducação). Com o esforço dos parceiros e de diversas outras entidades do campo da educação, bem como do Sistema Contas, conseguimos atingir a participação histórica de 5.570 município, ou seja, 100% - algo inédito em uma pesquisa de caráter voluntário e sem contrapartida junto a esse público.

44% dos municípios brasileiros têm crianças aguardando por uma vaga na creche

Levantamento Nacional

Retrato da Educação Infantil no Brasil

Acesso e disponibilidade de Vagas



Outro projeto, iniciado em 2024, e que será desenvolvido ao longo de 2025, também tem a tônica do enfrentamento às desigualdades educacionais desde os primeiros anos de vida. Somos uma das instituições parceiras do CNMP no desenvolvimento da “Estratégia Nacional de Expansão, Qualificação e Desjudicialização da Educação Infantil - EQD”, que visa contribuir para a expansão, de maneira qualificada e sustentável, do número de vagas na educação infantil em todo o país.

Como equidade no acesso à creche tem sido um tema perene do nosso trabalho desde nossa fundação, a necessidade de união de esforços para que as crianças mais vulneráveis tenham mais oportunidades de frequentar a creche, por meio de estratégias como o regime de colaboração e da articulação intersetorial, foi pauta de muitos debates dentro e fora dos Gaepe. Uma das nossas iniciativas nesse sentido foi a realização e divulgação de um [levantamento sobre a previsão de recursos](#) para construção de escolas e ampliação de vagas de educação infantil nos orçamentos estaduais, que teve destaque no jornal Folha de S. Paulo.

Um levantamento que divulgamos em junho mostrou que apenas metade dos estados previam destinar recursos para a construção de escolas ou ampliação de vagas de educação infantil em suas leis orçamentárias.

13 estados TÊM alguma menção (específica ou genérica) que se relacione direta ou indiretamente à construção ou ampliação de vagas na Educação Infantil

- **1** PPA, LDO e LOA: Mato Grosso
- **4** LDO: Mato Grosso, Alagoas, Roraima, Piauí.
- **9** PPA: Mato Grosso, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul
- **9** LOA: Mato Grosso, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul.

13 não mencionam em nenhuma lei orçamentária ou tiveram menção desconsiderada:

- **12** não mencionam nenhuma das palavras-chaves em nenhuma das três leis: Acre, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins
- **1** menção não considerada por ser muito restrita: Amazonas

E antes do ano se encerrar, mais um ponto: fechamos uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para a instalação do Gaepe-RN em 2025, marcando a criação de mais uma governança no nordeste brasileiro.

A seguir, um breve resumo das principais ações que realizamos e resultados que contaram com nossa contribuição no âmbito de cada Gaepe.



Nosso impacto por meio dos Gaepe

Gaepe-Brasil

- Fortalecimento do debate sobre a priorização de vagas em creches para quem mais precisa e sobre as políticas públicas focadas na garantia do acesso à educação infantil por meio do levantamento nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de vagas”.
- Articulação para o desenvolvimento de estratégias que visem apoiar os gestores municipais no planejamento e gestão de vagas da educação infantil.
- Debates que contribuíram para a inclusão de “deficiência” como um dos critérios considerados como vulnerabilidade no Índice de Necessidade de Creches, elaborado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.



Gaepe-RO

- A mobilização para adesão à Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia chegou ao final de 2024 com a assinatura de 49 das 52 novas gestões municipais eleitas para o mandato 2025-2028.
- Apoio da governança à política de alfabetização em regime de colaboração foi chave para que houvesse ampla adesão dos municípios, resultando em crescimento histórico do indicador de alfabetização no estado - de 46% em 2019 para 65% em 2023.
- Mais de 1.500 jovens de Ji-Paraná, Cacoal, Porto-Velho e Guajará-Mirim puderam regularizar sua documentação e se habilitar ao recebimento do programa Pé-de-Meia, do Governo Federal. Idealizada em debates no Gaepe-RO, a ação que possibilitou esse resultado foi liderada pela Secretaria de Estado da Educação e pela Defensoria Pública, em parceria com os Centros de Referência da Assistência Social dos municípios participantes, da Caixa Econômica e da Receita Federal.



Gaepe-GO

- Foram produzidos e entregues aos governos municipais e do Estado de Goiás relatórios com dados do levantamento realizado pelo Gaepe-GO sobre a situação das creches e pré-escolas nos 246 municípios goianos.
- Avançamos no debate sobre priorização de vagas em creches para as crianças que mais precisam, com a publicação de uma nota técnica com recomendações aos municípios nesse sentido.
- Elaboramos um plano de mobilização para que novas gestões façam adesão à plataforma Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo Unicef, a partir de 2025.



Gaepe-MT

- Com atuação do Gaepe-MT, envolvendo atores como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-MT) e a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), foi conquistada a assinatura de convênios entre o Governo do Estado e 13 municípios para a retomada de 15 obras de creches inacabadas.
- A partir de dados sobre a oferta de vagas em creches e pré-escolas no estado, levantados no âmbito do Gaepe-MT, em 2024, foi criada a Matriz de Risco pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT.



Gaepe-Arquipélago do Marajó

- Apoiamos a realização do II Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó, com a renovação do Pacto pela Transformação do Marajó, que passou de 16 compromissos em 2023 para 20, em 2024.
- O Gaepe articulou a criação de curso de formação continuada para 1.620 educadores por meio de uma parceria com a Universidade Federal do Pará e investimento de 7,5 milhões do MEC.
- Através do diálogo, conseguimos que o FNDE reconhecesse a necessidade de uma política diferenciada de transporte escolar em áreas ribeirinhas, resultando no repasse de R\$18 milhões ao Pará.
- Com o apoio do Unicef, por meio de ações de busca ativa escolar, aproximadamente 9 mil crianças foram rematriculadas (5.116, somente em 2024).
- Articulações com FNDE, MEC, Ministério das Minas e Energia, Ministério das Comunicações e Anatel resultaram em mais recursos e priorização de programas de conectividade e infraestrutura escolar e apoio técnico aos municípios marajoaras.



Gaepe-PI

- Apoiamos a realização da primeira reunião presencial da governança com participação de instituições integrantes, especialistas e representantes do Governo do Estado.
- Contribuímos com o avanço no debate sobre educação infantil com a publicação e disseminação da Nota Técnica nº 01/2024, que aponta diretrizes para aprimorar a gestão, a expansão e a transparência nas políticas públicas voltadas a creches.
- Aprofundamos o debate sobre políticas de alfabetização, por meio do compartilhamento de informações entre as instituições e de práticas de outras localidades.



Os Gaepes pelo Brasil



Edilson de Sousa Silva, presidente da Atricon



“O fortalecimento da parceria com o Instituto Articule tem se consolidado em um ambiente de colaboração contínua e alinhamento de propósitos, em sintonia com o compromisso da Atricon de contribuir para o aprimoramento do Sistema de Controle Externo no Brasil, sempre em benefício da sociedade. Nesse contexto, os diversos projetos em comum das duas instituições reafirmam a importância da articulação estratégica entre o Controle Externo, os demais setores do setor público e a sociedade civil, impulsionando políticas públicas mais eficazes e equitativas. Ressalto, ainda, a importante atuação da presidente do Instituto Articule, Alessandra Gotti, nas causas da educação infantil em diversas parcerias já consolidadas com a Atricon”.



Edilberto Pontes, presidente do Instituto Rui Barbosa

“Os Gaepes têm atuado como catalisadores de diversas ações fundamentais para a boa gestão pública, como a definição de uma agenda comum de prioridades, o levantamento de dados para a elaboração de diagnósticos, o apoio à qualificação de equipes técnicas e gestores, além da construção conjunta de soluções baseadas em evidências. O Instituto Rui Barbosa, reconhecido como a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas, tem fortalecido parcerias e ampliado ações conjuntas que contribuem para o fortalecimento institucional dos Gaepes, gerando impactos positivos na formulação e implementação de políticas públicas”

Nossa atuação em números

Como nosso trabalho é, prioritariamente, articulação, cabe aqui citar alguns números.

Na nossa frente de mediação das reuniões dos Gaepes, em 2024, **foram 128 reuniões ordinárias, extraordinárias ou de grupos de trabalho dos Gaepes** que foram planejadas, coordenadas e mediadas pela nossa equipe. Além disso, colaboramos com a organização, junto aos nossos parceiros, **de dois encontros presenciais**: a 10ª reunião do Gaepe-PI, sendo a primeira feita presencialmente, e o II Fórum Gaepe Arquipélago do Marajó.

No pilar conhecimento, foi elaborado um **resumo executivo para cada reunião**, contendo as pautas dos encontros, notícias de relevância para os debates, informes sobre atividades e agenda das instituições, bem como informações e dados referentes aos temas tratados - passo

importante para que todos os membros dos Gaepes possam estar “na mesma página” nos debates. Ao final de cada reunião, foram sintetizados e divulgados para os integrantes os **encaminhamentos, acompanhados rotineiramente** pela nossa equipe.

A frente de conhecimento também atuou na elaboração, articulação e finalização de **7 notas técnicas e manifestações**. Em conjunto com as áreas de articulação e comunicação, esses documentos foram divulgados e disseminados para as gestões estaduais e municipais, dirigentes educacionais e casas legislativas, bem como para as instituições de controle e do sistema de justiça.

Houve ainda o desenvolvimento de **5 levantamentos de dados** elaborados, coletados, analisados e apresentados aos integrantes das governanças.

Novo apoiador!

Para dar conta de passos tão gigantes, nós também recebemos reforço institucional. Passamos a contar com um novo mantenedor, Instituto Unibanco, e com a manutenção do importante apoio de Fundação Lemann, Itaú Social e Hesketh Advogados.



Levantamento nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas”.



Raio-X da Equidade: levantamento sobre desigualdades raciais, de gênero, territoriais e de inclusão na educação em Rondônia.



Levantamento sobre previsão de recursos para educação infantil nas leis orçamentárias estaduais.



Levantamento de dados sobre creches e pré-escola em Goiás.



Diagnóstico Mato Grosso - Levantamento de dados sobre creches e pré-escolas.

A representação institucional em eventos também foi expressiva. Estivemos em cerca de **15 encontros promovidos por instituições** de diversos segmentos como palestrantes, reforçando a importância do diálogo e da colaboração interinstitucional para avançar na efetividade das políticas públicas. Entre eles, a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e o Seminário Primeiros Passos, do CNMP.

Além disso, Alessandra Gotti também foi convidada a participar da “Comunidade de Prática Primeira Infância Brasil - InovaGov”, no âmbito da Rede InovaGov, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).



A XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada pela CNM, contou com palestra de Alessandra Gotti sobre a importância da priorização de vagas em creches



No Seminário Primeiros Passos, do CNMP, Alessandra Gotti palestrou ao lado de Fernanda Pacobahyba (FNDE), Lucas Sachida (MP-AL), e Claudia Garcia (MP-ES).

Já no eixo de comunicação, foram mais de **80 textos produzidos** para nosso site e site das organizações parceiras, **mais de 300 posts** nos Stories e no feed do Instagram, Facebook e LinkedIn. E tivemos 8 edições da Conexão Gaepes, newsletter que compartilha iniciativas entre os Gaepes de todo o Brasil.

Na imprensa nacional, tivemos **5 pautas e artigos de opinião** **emplacadas** diretamente pelo Article, **mais de 50 matérias** em veículos digitais que citaram nosso trabalho e **115 especificamente sobre o levantamento nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil”**.

Mobilização da opinião pública



VIDA PÚBLICA

Doze governos estaduais ignoram educação infantil em orçamentos

Gestões falham no apoio a municípios para financiar oferta de creches e pré-escolas

F DE UM CONTEÚDO



Mariana Brasil
Paulo Saldaña

PODER

“opinião”

Mecanismo de prioridade em fila de creches reduz desigualdades

Planejamento do atendimento infantil precisa ir além da expansão de vagas e integrar critérios de priorização que sejam distribuídos de forma justa



CartaCapital 30 ANOS

Demanda urgente

Entidades cobram celeridade do governo Lula na elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

POR FÁBOLA MENDONÇA
05.09.2024 17H36

ESTADÃO150

Notícia • Educação

Como SP pode dar um salto de qualidade e ter educação de país desenvolvido?

Ampliar o tempo integral na pré-escola, limitar o número de alunos por professor e criar as bases para a alfabetização são desafios para a maior rede do Brasil



Por Renata Cafardo

07/08/2024 | 03h00 • Atualização: 07/08/2024 | 07h41

FOLHA DE S. PAULO

ELEIÇÕES SP • VAMOS FALAR DE SP

Nunes e Boulos focam prioridades semelhantes na educação sem fixar metas claras

Especialistas cobram detalhes de propostas para educação integral e valorização de professores; prefeito exalta fila de creches zerada e deputado, CEUs de Marta

F DE UM CONTEÚDO

Marcos Hermanson

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO • ALESSANDRA GOTTI E JOSÉ MAURÍCIO AVILLA CARVALHO

Vagas em creches: planejar é preciso

Expansão da rede exige ações governamentais conjuntas e esbarra na falta de diagnóstico

F DE UM CONTEÚDO

Alessandra Gotti
Presidente-executiva do Instituto Articulê e coordenadora dos Gaepes (Gabinetes de Articulação para a Efetividade da Política da Educação)

José Mauricio Avilla Carvalho
Coordenador de conhecimento do Instituto Articulê e articulador dos Gaepes



Governança e equipe executiva

Com uma nova estrutura implementada no final de 2023, nossa governança se fortaleceu. Em 2024, foram três reuniões do Conselho de Gestão - duas delas ordinárias e uma extraordinária. Com conselheiras e conselheiros mais próximos do nosso dia a dia, passamos a tomar decisões de forma mais ágil e estratégica.

Além disso, realizamos nossa Assembleia Anual, destinada a apresentar e discutir nossos resultados e planejamento aos nossos sócios-fundadores, sócios-efetivos e demais conselheiros, reforçando a transparência da nossa atuação.

Nossa equipe executiva também foi reforçada. Com a chegada de novos colaboradores, buscamos compor um time mais diverso, com formações e experiências múltiplas que contribuem para uma visão mais abrangente, impactando positivamente a qualidade do nosso trabalho.

Gestão mais efetiva, processos transparentes e equipe reforçada foram pontos-chaves para que tivéssemos um verdadeiro transbordamento de ações em 2024!

Equipe Executiva



Alessandra Gotti
Presidente-executiva



Bárbara Alcântara
Analista de Comunicação



Bárbara Benatti
Assessora de Comunicação
e Relações Públicas



Jocimara Pereira dos Santos Neves
Analista administrativa financeira



José Mauricio Avilla Carvalho
Coordenador de conhecimento



Rogério Góes
Coordenador do Conselho de Gestão



Tatiana Belo Djrdjrjan
Coordenadora-Geral



Willer Moravia
Articulador



Governança

Conselho de Gestão

Rogério Góes
Coordenador

Alessandra Passos Gotti
Angela Dannemann
Camila Pereira
Ismar Barbosa Cruz
José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá de Luca
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Priscila Cruz

Conselho Fiscal

José Mário de Paula R. Júnior
Presidente
Marise de Sá de Luca

Conselho Científico

Nina Beatriz Stocco Ranieri
Presidente
Flávia Piovesan
Gustavo Andrey de Almeida
Lopes Fernandes
Maria Paula Dallari Bucci
Patrícia Ulson Pizarro Werner
Paulo Sérgio Domingues

Conselho de Pessoas

Alessandra Passos Gotti
Presidente
Maria Lucia Meirelles Reis
Priscila Cruz
Rogério Góes

Conselho de Fundadores

Priscila Cruz
Presidente
Ana Claudia Pires Teixeira
Antonio Carlos Ozorio Nunes
Carlos Alberto Cruz Filho
Elias Marques de Medeiros Neto
Fernando Corrêa
Flavia Piovesan
Gustavo Andrey de A. L. Fernandes
Ismar Barbosa Cruz
José Eduardo Ciotola Gussem
José Mário de Paula R. Júnior
Júlio Trecenti
Marcelo Fortes Barbieri
Maria Lucia Meirelles Reis
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá De Luca
Mozart Neves Ramos
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Paulo Sérgio Domingues
Patricia Ulson Pizarro Werner
Roberta Muniz Codignoto
Rogério Góes
Samuel Alves de Melo Junior
Thamara Cunha Medeiros
Tito Hesketh
Vanderci Álvares

Sócios Efetivos

Angela Dannemann
Arthur Paku Ottolini Balbani
Camila Pereira
Carlos Frederico Jorge Gomes
Rodolfo Guttilla



Equipe executiva do Instituto Articule em reunião de planejamento na sede do Conselho Regional de Administração de São Paulo, em janeiro de 2025

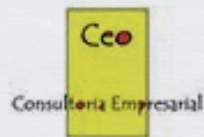
Mantenedores



Convênios



Apoio Técnico



Parcerias realizadas





Relatório Anual de ***Atividades - 2024***



Sobrevoos

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) foi instalado em 21 de abril de 2021. Idealizada e coordenada pelo Instituto Articule, a iniciativa é operacionalizada em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB). Sua atuação se pauta pelo [Pacto Nacional pela Educação](#), um compromisso assumido pelos integrantes da governança em prol da melhoria da educação no país.

■ **12**
reuniões ordinárias

■ **11**
reuniões do GT
Educação Infantil

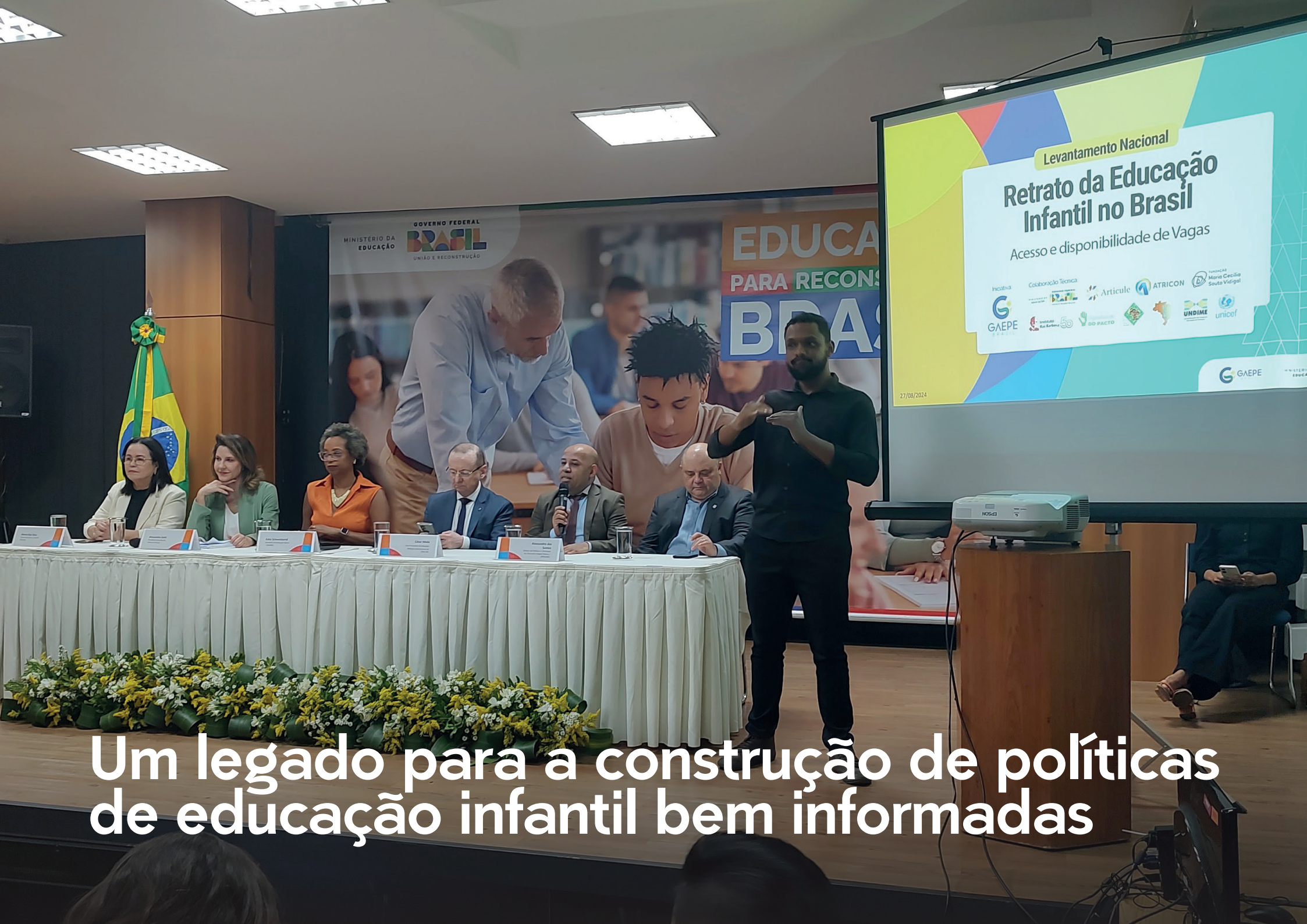
■ **01**
Manifestação com
posicionamento contrário
às alterações do Fundeb
na PEC nº 45/2024.

Entidades signatárias do Pacto Nacional pela Educação

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon)
- Colégio Nacional das Defensoras Públicas e Defensores Públicos Gerais (Condege)
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj)
- Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)
- Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE)
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
- Instituto Articule
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme Nacional)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime Nacional)

Participantes não signatários (2024)

- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Educação das Capitais (Consec)
- Frente Parlamentar pela Primeira Infância da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- IBGE
- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
- Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância
- Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)
- Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU)



Um legado para a construção de políticas de educação infantil bem informadas

Em 2024, o Brasil ganhou um novo e potente instrumento para apoiar a elaboração e implementação de políticas públicas para a educação infantil. Foi realizado o primeiro levantamento nacional para mapear o acesso e a disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino.

O **“Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas”** foi uma iniciativa articulada no Gaepe-Brasil, a partir de um debate iniciado ainda em 2023 sobre a necessidade de se conhecer melhor o cenário da oferta e da demanda nessa etapa educacional em todo o país.

O grupo de trabalho sobre educação infantil do Gaepe-Brasil, sob a coordenação do Instituto Articule, ficou responsável pelo desenvolvimento do questionário, da metodologia e da estratégia de mobilização para a coleta. Participaram o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica; o Instituto Articule; a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB); o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV); a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); o Unicef e a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU).



Principais achados sobre acesso e disponibilidade de vagas na educação infantil

CRECHE

- 44% (2.445) dos 5.570 municípios brasileiros têm fila para creche.
- Ao todo, há registro de 632.763 crianças de 0 a 4 anos aguardando por uma vaga.
- 6% (369) dos municípios não fazem essa identificação.
- 86% (4.767) das redes impõem idade mínima para ingresso na creche.

PRÉ-ESCOLA

- 8% dos municípios declaram não ter universalizado a pré-escola.
- São 78.237 registros de meninos e meninas de 4 a 6 anos fora da pré-escola.
- Quase metade dessas crianças (39.042), por falta de vagas.
- Além disso, 20% (1.112) dos municípios brasileiros não fazem essa identificação.

GESTÃO

- 14% (773) dos municípios não têm planos de expansão de vagas por não terem tempo ou não saberem elaborar.
- 21% (1199) relatam não ter planos de expansão por não haver necessidade, no entanto, entre eles, pelo menos 8% possuem fila de espera para creche.
- 52% (2.279) não têm critérios para priorizar as matrículas de quem está na fila da creche, mesmo diante do contexto de desigualdade que marca o Brasil.
- 12% (683) não divulgam a fila de espera por vagas em creches.
- Em apenas 9% (502) dos municípios as escolas registram demanda por vagas em sistema unificado com as secretarias de educação.
- Só 49% atuam em regime de colaboração com governos estaduais na educação infantil.



Veja o levantamento completo.

O apoio do MEC foi essencial, especialmente com a disponibilização da pesquisa no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle), plataforma que faz parte da rotina dos gestores educacionais. Aliada a essa estratégia, foi fundamental a mobilização de todos os parceiros envolvidos e de outras instituições, como o Mieib - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, o Todos Pela Educação, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as Controladorias Internas de várias cidades, além dos 33 Tribunais de Contas do país, por meio da interlocução da Atricon e do IRB.

Esse grande esforço coletivo resultou na adesão de 100% dos municípios brasileiros ao levantamento, algo inédito em pesquisas de participação voluntária com gestores municipais da educação.

A divulgação dos dados do Retrato da Educação Infantil, em 27 de agosto, contou com autoridades do governo federal, como a secretária de educação básica do MEC, Kátia Schweickardt, o secretário de articulação com os sistemas de ensino, Maurício Holanda, o diretor de políticas e diretrizes da educação integral básica, Alexsandro do Nascimento Santos e a coordenadora-geral de educação infantil, Rita Coelho, responsável pela interlocução com o Gaepe-Brasil. Também marcaram presença o vice-presidente da Atricon, Cezar Miola, e a professora Maria Elza Silva, secretária de



educação de Bonito/PE e representante da Undime, onde coordena um grupo de trabalho sobre Educação Infantil, além da presidente-executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti. Na plateia, registramos a presença de representantes de diversos ministérios, entidades do sistema de controle e de justiça, bem como organizações da sociedade civil.

Como resultado concreto, além de um retrato fiel sobre a situação do acesso à educação infantil, a iniciativa provocou a

Com matéria de destaque na Folha de S.Paulo, a pesquisa foi pauta em mais de 100 artigos na mídia online e impressa.

criação de uma comissão técnica no MEC (Portaria nº 58/2024), para aprofundar análises e desenvolver um [conjunto de recomendações](#) para equalizar o acesso à educação infantil.

Outro desdobramento foi a iniciativa, capitaneada pelo Instituto Articule, de criar, em um futuro próximo, um conjunto de estratégias para apoiar as gestões municipais - isso inclui o desenvolvimento de uma formação sobre a elaboração de planos de expansão de vagas e de atendimento na educação infantil e um guia detalhando passo-a-passo a construção desse instrumento.



“

**Cezar Miola, vice-presidente de
Relações Político-Institucionais da
Atricon**

É um compromisso do Sistema de Tribunais de Contas do Brasil trabalhar pela entrega efetiva da garantia do direito fundamental à educação a todas as meninas e a todos os meninos, independentemente da localidade onde nasçam e da renda das suas famílias. E nesse trabalho, do controle externo brasileiro, consideramos fundamental estabelecer laços de cooperação com universidades, com instituições de pesquisa, com diferentes organizações. E o Instituto Articule, com seu trabalho, protagonismo e empenho, tem sido um parceiro importantíssimo para que nós alcancemos esse objetivo.

Bons diagnósticos fazem a diferença

A relevância dos dados para políticas públicas bem informadas e baseadas em evidências foi o principal aspecto tratado no Gaepe-Brasil em 2024, permeando diversos debates - um deles foi a atualização do Índice de Necessidade de Creche, o INC.

Criado por iniciativa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o INC sintetiza o percentual de crianças no país que teriam maior necessidade de ter acesso à creche, devido a alguns aspectos que indicam vulnerabilidade. Até 2022, esse indicador considerava crianças com as seguintes características: pertencentes a famílias em situação de pobreza, em famílias monoparentais e/ou com mães que trabalham (ou trabalhariam se houvesse vaga na creche).

**Segundo o novo INC, 45,9%
das crianças de 0 a 3 anos
vivem em contextos nos
quais a creche seria uma
política essencial para
garantir seu bem-estar e
desenvolvimento.**

Em diversas reuniões do Gaepe-Brasil, que contaram com a FMCSV, foram discutidas sugestões para aprimorar esse instrumento, inclusive com a participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Entre as ideias apontadas, estavam a inclusão de deficiências como um aspecto de vulnerabilidade - o que foi feito para a nova versão do indicador, publicada em setembro.

Além disso, o Gaepe-Brasil tem debatido a necessidade de se olhar com mais atenção para dados sobre populações de áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas e crianças e mães vítimas de violência doméstica.

E teve mais!



**Mais luz sobre a educação
inclusiva**

Gestores educacionais, especialistas e representantes do MEC, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Undime, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Educação das Capitais (Consec) e outros órgãos colocaram em pauta no Gaepe-Brasil a educação inclusiva. Entre as discussões, esteve a análise de políticas e as possíveis ações coordenadas para que o acesso e a permanência de estudantes com deficiência sejam ampliados de maneira efetiva e inclusiva.





Conciliando entendimentos sobre as mudanças no Fundeb

Representantes do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresentaram detalhes da metodologia das novas regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as novas ponderações para definição de valores para cada etapa e modalidade da educação básica, e, ainda, um quadro geral que estima a nova distribuição dos recursos aos entes federados. O objetivo do Gaepe-Brasil com esse debate foi conciliar entendimentos para evitar a judicialização devido às alterações na política.



Pela priorização da educação no orçamento

Para sensibilizar os Legislativos estaduais sobre a importância de considerar a educação infantil no orçamento, o Gaepe-Brasil [acionou](#) as Assembléias Legislativas de todas as Unidades da Federação para reforçar a necessidade de que os recursos previstos nas leis orçamentárias assegurem a expansão e melhoria do atendimento educacional, por meio da construção e manutenção de unidades escolares, formação continuada de docentes e aquisição de materiais pedagógicos.

Além disso, em meio aos debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2024, que tratou de medidas de ajuste fiscal, [a governança se posicionou](#) contra as alterações relativas ao Fundeb. Proposta pelo Governo Federal, a mudança previa que até 20% dos recursos da complementação da União ao fundo fossem exclusivos para a Educação em Tempo Integral, o que poderia comprometer o caráter redistributivo e reduzir recursos das atuais modalidades de complementação do fundo; engessar os recursos, retirando a autonomia de estados; e desorganizar o planejamento financeiro dos entes subnacionais. Com forte mobilização da sociedade civil e do campo educacional, o resultado final foi um texto que prevê até 10% da complementação da União destinados à educação em tempo integral em 2025 e, a partir de 2026, no mínimo 4%.



Compartilhamento de práticas

Neste ano, o Gaepe-Brasil foi palco de alguns momentos de compartilhamento de experiências que visam maior efetividade da política educacional.

- **Jovens com acesso ao Pé-de-Meia:** foi apresentada aos integrantes do Gaepe-Brasil uma ação itinerante do Gaepe-RO nos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Porto-Velho e Guajará-Mirim para apoiar jovens com direito ao programa

Pé-de-Meia que não podiam acessar a política por estarem com pendências documentais. Com a [articulação feita no Gaepe-RO](#), a ação foi liderada pela Secretaria de Estado da Educação e Defensoria Pública, em parceria com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios participantes, da Caixa Econômica e da Receita Federal e alcançou cerca de 1.500 jovens.

- **Fiscalização colaborativa dos recursos da educação:** o Tribunal de Contas da União [apresentou](#) o Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação (Sinapse), usado para a fiscalização dos recursos do Fundeb de forma colaborativa com outros órgãos de controle. Ele foi desenvolvido pela Secretaria de Controle Externo da Educação, Cultura e Esportes (SecexEducação) do TCU em conjunto com os Tribunais de Contas de Pernambuco (TCE-PE), Rondônia (TCE-RO) e Mato Grosso (TCE-MT). A ferramenta cruza e analisa dados de diferentes fontes, como o Sistema Orçamentário Público da Educação (Siope), o Censo Escolar da Educação Básica e extratos bancários do Fundeb, para detectar possíveis irregularidades. Dessa forma, os Tribunais de Contas conseguem acionar os gestores para que façam as correções de rumo necessárias.

Mobilização da opinião pública

Mais de 600 mil crianças estão na fila de espera por vaga em creches públicas no Brasil

Entre as cidades que registram fila de espera nas creches, 88% alegam que o principal motivo é a falta de vagas



Correio Braziliense Blog da Primeira infância

Mais de 630 mil crianças aguardam vagas em creches no Brasil, revela pesquisa



CartaCapital 30 anos

EDUCAÇÃO

Brasil tem 630 mil crianças na fila de espera por creches, demanda que recairá sobre futuros prefeitos

Levantamento inédito revela gargalos na oferta da etapa, com quase 45% dos municípios brasileiros amargando filas de espera; pré-escola também enfrenta problemas

Por Ana Luiza Bastião
30 de maio 2024 | Atualizado há 5 meses



PODER360

Mais de 632 mil crianças esperam por vagas em creches no Brasil

Segundo dados do Ministério da Educação para o Censo Nacional de Educação, maioria dos municípios não tem vagas



FOLHA DE S.PAULO

educação > enem vestibular no meio de ano ruf esc

Brasil tem 632 mil crianças na fila por creche, mostra levantamento

Há espera em razão da falta de vagas em 44% dos municípios brasileiros, segundo dados do MEC divulgados nesta terça-feira (27)

DÊ UM CONTEÚDO

27.ago.2024 às 15h56
Atualizado: 27.ago.2024 às 19h37

Ouvir o texto A- A+

Mariana Brasil
Paulo Saldaña

CRECHES PÚBLICAS

Fonte: MEC e GAEPE BRASIL

632.763
crianças até 4 anos

Fila de espera entre
JUNHO E AGOSTO

SÃO PAULO | **88.854**
MINAS GERAIS | **63.470**
PARANÁ | **59.373**



Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024

1 Educação Infantil

Creche
O que as secretarias municipais de Educação têm a dizer sobre o acesso à Creche no Brasil?

632 mil
crianças em filas de Creche no país: é o que apontam os municípios;

21%
dos municípios que indicam ter fila para Creche fazem o registro dessa fila em um sistema unificado da secretaria;

20%
possuem sistemas de gestão da informação, sendo que a maioria ainda utiliza arquivos físicos para isso;

49%
dos municípios dizem ter atuação em colaboração com a rede estadual, em prol da Educação Infantil.

Fonte: Retrato da Educação Infantil no Brasil: Acesso e disponibilidade de vagas.
Elaboração: Iniciativa Gaepe Brasil e Ministério da Educação.

Copiar link

Correio Braziliense Blog da Primeira infância

Mais de 630 mil crianças aguardam vagas em creches no Brasil, revela pesquisa

30/05/2024. CRÉDITO: MARCELO FERREIRA/CICLO. PIEL: BRASIL BRASILIA. DE: LEVANTAMENTO MOSTRA CENÁRIO NACIONAL EM RELAÇÃO À DISPONIBILIDADE DE VAGAS EM CRECHES E NA PRÉ-ESCOLA



O GLOBO

Brasil / Educação

Cerca de 632 mil crianças estão na fila de espera para creche no país, aponta MEC

Em relação à pré-escola, há 78 mil registros de crianças que não frequentam essa etapa de ensino

Por O Globo — Rio de Janeiro
28/08/2024 10h33 · Atualizado há 6 horas

f X @

globo news

Brasil

Mais de 600 mil crianças estão na fila de espera por vaga em creches públicas no Brasil

Entre as cidades que registram fila de espera nas creches, 88% alegam que o principal motivo é a falta de vagas



g1 EDUCAÇÃO

632 mil crianças estão na fila por creche no Brasil, diz pesquisa; direito à educação infantil é previsto na Constituição

Estado que tem mais crianças à espera de uma vaga é São Paulo, com 88.854 de 0 a 4 anos nessa situação. Em seguida, estão Minas Gerais, com 63.470, e Paraná, com 59.376.

Por Marcela Cunha, TV Globo — Brasília
27/08/2024 17h01 · Atualizado há 7 horas

NOVA ESCOLA

Jornalismo

Primeira infância é período-chave para o desenvolvimento infantil

Os estímulos recebidos pelas crianças e as experiências que elas vivenciam durante essa fase são determinantes para que alcancem todo o seu potencial.

Por Paula Mendes
10/08/2024





Relatório Anual de ***Atividades*** - 2024



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Efetividade da Política da
Educação em Rondônia

Sobrevoos

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Rondônia (Gaepe-RO) foi a primeira instância de pactuação no modelo Gaepe a ser instalada, em 28 de abril de 2020, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO). É um espaço essencial para a construção e fortalecimento de políticas públicas educacionais no estado, promovendo articulações interinstitucionais.

■ 3

Notas Técnicas abordando cumprimento do calendário escolar, transporte escolar e Comitês Intersetoriais para Políticas Públicas da Primeira Infância.

■ 21

reuniões ordinárias

■ 7

reuniões do GT para elaborar a Carta de Compromisso Pela Educação em Rondônia e organizar o evento “Gaepe-RO nas Eleições: Compromisso pela Educação”

■ 5

reuniões dos GTs Equidade Racial, de Gênero, Educação Inclusiva e Educação no campo, indígena e quilombola

■ 3

reuniões do GT Recomposição de aprendizagem e PAIC

■ 2

reuniões do GT Planos de expansão de vagas na educação infantil

■ 2

reuniões do GT Pé-de-Meia

■ 1

reunião do GT Mobilização das gestões municipais 2025-2028

■ 1

reunião do GT Calendário Escolar

Participantes

- Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa-RO)
- Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (Actron)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Rondoniense de Municípios (Arom)
- Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE-RO)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia (Cosems-RO)
- Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO)
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- Instituto Articule
- Ministério Públicos de Contas do Estado de Rondônia (MPC-RO)
- Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO)
- Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc-RO)
- Secretários Municipais de Educação dos 52 Municípios de Rondônia
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)
- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO)
- União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver)
- União dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Rondônia (Uncme-RO)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Rondônia (Undime-RO)
- Universidade Federal de Rondônia (UFRO)





Um estado inteiro pela educação!

Em 2024, Rondônia deu um importante passo para a transformação do presente e, consequentemente, do futuro da educação no estado. Em setembro, o evento online “[Gaepe-RO nas Eleições: Compromisso pela Educação](#)” reuniu candidatas e candidatos às prefeituras rondonienses para mobilizá-los para a assinatura de um pacto.

Construída de forma colaborativa, a [Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia](#) não é apenas um documento simbólico. Ela estabelece uma agenda de ações concretas e representa a consolidação do Gaepe-RO como uma governança capaz de alinhar as ações de diferentes instituições em prol de uma educação mais justa e inclusiva.

Eixos prioritários da Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia

1. Ampliar vagas e garantir a oferta de educação gratuita e de qualidade, com expansão do ensino em tempo integral.
2. Adotar critérios técnicos e democráticos para a gestão escolar.
3. Assegurar o pleno funcionamento e segurança das escolas.
4. Valorizar os profissionais da educação, com pagamento do piso salarial e formação continuada.
5. Implementar uma educação inclusiva e equitativa.
6. Fomentar a intersectorialidade nas políticas públicas.
7. Garantir alimentação escolar saudável e transporte eficiente.

O evento, inicialmente planejado como presencial, foi adaptado para o formato virtual devido às condições climáticas, sem prejuízo para a participação dos convidados. Como resultado concreto, 120 dos 167 candidatos e candidatas às prefeituras assinaram a Carta de Compromisso, sendo que, após a confirmação dos pleitos municipais, foi conquistada a assinatura de 49 das 52 candidaturas eleitas, até o final de 2024.



“

Wilber Coimbra, presidente do TCE-RO

A educação é o caminho sustentável que concretiza os ideais do Estado na realização do bem comum. Ao firmarmos compromissos pela educação, escrevemos um novo capítulo virtuoso e glorioso na história de Rondônia, acolhendo a educação como uma profissão de fé, assegurando uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para nossas crianças e jovens.”

Colhendo frutos da colaboração

Em 2024, Rondônia teve também um grande avanço a comemorar. No estado, 65% das crianças alcançaram o nível de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o 2º ano do ensino fundamental. Esse valor é 19 pontos percentuais acima do aferido em 2019, ano anterior à pandemia da Covid-19, quando 46% das crianças estavam alfabetizadas. Em relação à 2021, período marcado pela crise sanitária que ainda mantinha escolas fechadas, o resultado de 2023 é 40 pontos percentuais maior do que os 25% então verificados.

Esses dados refletem o esforço coletivo e colaborativo catalisados por meio do Programa de alfabetização na idade certa (PAIC). Idealizado pelo TCE-RO, essa iniciativa começou com um diagnóstico em 2020 para enfrentar os desafios da alfabetização durante a pandemia. Com apoio do Gaepe-RO, em 2022, o PAIC alcançou 37 municípios e, em 2023, teve adesão de 100% das redes municipais do estado, sendo implementado por meio de uma parceria do TCE-RO com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e as secretarias municipais.

Uma avaliação de impacto conduzida pelo conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Rio de Janeiro (TCM-Rio), Felipe Puccioni, mostrou que o programa promoveu um incremento no desempenho dos estudantes em 60% em língua portuguesa e 48% em matemática, no seu primeiro ano de implementação. Além disso, observou-se que as escolas que não realizaram formação continuada com seus docentes - uma das principais ações do programa - não tiveram incremento de aprendizagem, ao passo que naquelas onde os professores tiveram mais de 75% de participação na formação, os alunos ganharam o equivalente a 2 anos de aprendizado em apenas um ano letivo.

De 2019 para 2023, Rondônia passou de 46% para 65% de crianças consideradas alfabetizadas no 2º ano do ensino fundamental. O avanço é fruto do PAIC, programa idealizado pelo TCE-RO e implementado em regime de colaboração com apoio do Gaepe-RO.



Um olhar para a equidade

O lançamento do levantamento [Raio-X da Equidade em Rondônia em 2024](#) marcou um passo decisivo na construção de políticas educacionais baseadas em evidências no estado. A iniciativa, conduzida pelo Gaepe-RO em parceria com todas as secretarias municipais e a estadual de educação, alcançou respostas de 100% das redes e mapeou desigualdades que afetam diretamente estudantes e profissionais da área. Com dados robustos coletados em 330 escolas – abrangendo 47% das matrículas do estado –, o levantamento examinou disparidades raciais, de gênero, territoriais e de inclusão no acesso à educação.

A partir do mapeamento das desigualdades, o Raio-X da Equidade fomentou discussões interinstitucionais sobre temas como educação inclusiva e combate à evasão escolar, destacando a relevância de ações coordenadas entre gestores públicos.



O que o Raio-X da Equidade constatou?

- 35% das escolas participantes estão em áreas rurais;
- 62% das escolas não têm, ou não sabem se têm, psicólogos, em conformidade com a Lei nº 13.935/19;
- Das escolas com psicólogos, há uma média de apenas 0,11 profissionais por unidade no estado;
- 70% das escolas não recebem, ou não sabem se recebem, formação sobre letramento racial;
- 60% das escolas não têm, ou não sabem se têm, materiais didáticos voltados ao letramento racial e desconstrução do racismo;
- 31% das escolas atendem estudantes da educação inclusiva, mas relatam escassez de recursos especializados.

Mais que uma iniciativa restrita à Rondônia, o levantamento oferece um modelo de diagnóstico para outros territórios, reforçando o papel do Gaepe como catalisador de soluções educacionais e promotor de uma governança baseada em dados. Em 2025, a expectativa é que os achados do levantamento orientem não apenas a alocação de recursos, mas também inspirem práticas que reduzam desigualdades e fortaleçam o direito à educação para todos.



Paulo Curi, vice-presidente do TCE-RO

“A experiência do Gaepe-RO mostrou que a colaboração entre instituições pode mudar a realidade educacional. Hoje, Rondônia é referência em alfabetização, fruto dessa articulação inovadora.”



Se há muitos desafios, há também muitas soluções!



Reforçando a governança e as políticas públicas

Ao longo de 2024, o Gaepe-RO produziu três Notas Técnicas que orientaram gestores e em assuntos relevantes para a melhoria da educação:

- [Nota Técnica Gaepe-RO n. 01/2024](#): que reforça a importância do cumprimento da carga horária e dos dias letivos mínimos previstos em lei, garantindo o alinhamento das redes de ensino às exigências legais.
- [Nota Técnica Gaepe-RO n. 02/2024](#): focada na política de transporte escolar, destaca ações para otimizar a gestão e normatização do transporte, beneficiando diretamente estudantes em áreas rurais e de difícil acesso.
- [Nota Técnica Gaepe-RO n. 03/2024](#): que propõe diretrizes para a criação e coordenação de Comitês Intersetoriais para Políticas Públicas da Primeira Infância, ampliando a articulação entre diferentes setores e fortalecendo o atendimento integral às crianças.



Programa Pé-de-Meia

Mais de 1.500 estudantes tiveram sua documentação regularizada, permitindo o acesso aos recursos do programa. Fruto de uma articulação nascida no Gaepe-RO, esse foi o resultado de uma ação itinerante nos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Porto-Velho e Guajará-Mirim liderada pela Seduc-RO e pela Defensoria Pública do Estado, em parceria com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios participantes, da Caixa Econômica e da Receita Federal. A iniciativa, elogiada como modelo de resolutividade e impacto direto na vida dos jovens, foi compartilhada nacionalmente no âmbito do Gaepe-Brasil.



Busca ativa escolar

Com o objetivo de reduzir a evasão, o Gaepe-RO manteve a mobilização dos atores municipais e estaduais para fortalecer a estratégia de Busca Ativa Escolar. O tema foi pauta de reuniões da governança e foram reforçadas as notas técnicas já expedidas anteriormente, direcionadas a promover fluxos de atuação que integrem educação, assistência social e conselhos tutelares.



Educação inclusiva

A partir de uma auditoria do TCE-RO, que apontou a necessidade de implementação de políticas estruturadas para a educação inclusiva, a Seduc-RO elaborou um plano de atuação. Além disso, atendendo ao propósito de uma governança colaborativa, o tribunal apresentou como método desse trabalho de auditoria o “acompanhamento colaborativo” para auxiliar gestores na implementação eficaz de ações planejadas. Entre os principais pontos apresentados estão o calendário da auditoria e os desafios da execução de políticas para educação inclusiva, envolvendo a estruturação de processos e recursos.

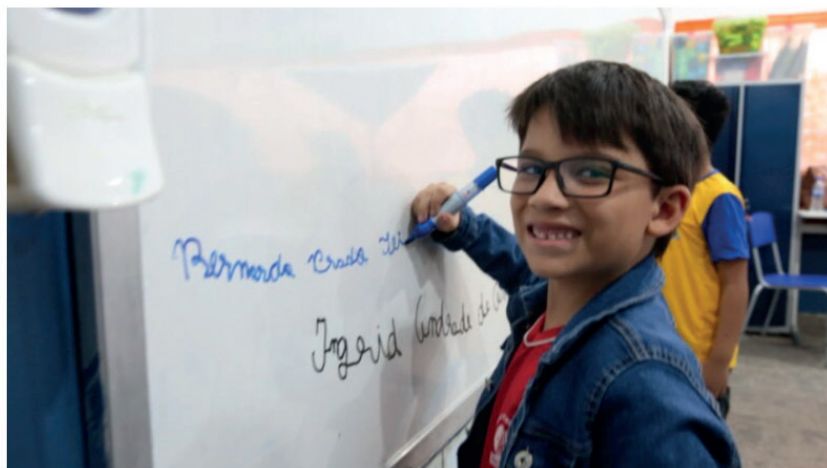
O Gaepe-RO fomentou um espaço para esse debate, bem como para o acompanhamento e o apoio da execução do plano da Seduc e do trabalho de auditoria do TCE-RO, reforçando a [NT n. 05/2023](#), que: “dispõe sobre a importância de estabelecer diretrizes para a contratação de ‘profissional de apoio escolar’ para educação especial nas redes municipais e estadual de ensino em Rondônia”.

Jogando luz sobre as conquistas



Ação colaborativa do TCE-RO e gestores faz Rondônia e 30 municípios alcançarem selo Ouro na Educação

7 de dezembro de 2024 Notícias Ederson Eurípedes Marques



agosto 21, 2024

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO AUMENTA EM 60% A APRENDIZAGEM EM RONDÔNIA, SEGUNDO AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Metodologia utilizada confirmou que o programa foi o principal fator que promoveu melhora no desempenho escolar



Rondônia alcança o 1º lugar nacional em crescimento na alfabetização infantil

23 de maio de 2024 | Governo do Estado de Rondônia

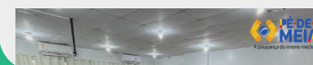


Através do programa de alfabetização 'Pró Alfá Rondônia', ocorre a integração entre as redes estadual e municipal

Parceria entre Defensoria Pública, Seduc e órgãos parceiros resulta em inclusão de mais de 1500 estudantes no programa de incentivo financeiro-educacional "Pé-de-Meia"

União de órgãos e instituições para promoção e efetivação do programa é inédita no país

Por Paulo Silvestrini/DCOM



Início / TCE-RO

TCE-RO

Avanços e estratégias de Busca Ativa Escolar são debatidas pelo Gaepe-RO

30 de outubro de 2024 291 2 minutos de leitura



Início / gaepe-ro

gaepe-ro TCE-RO

Gaepe-RO prioriza colaboração para solucionar desafios na educação

12 de março de 2024 939 3 minutos de leitura





Relatório Anual de ***Atividades - 2024***



GAEPE-GO



Sobrevoos

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Goiás (Gaepe-GO) é uma governança que promove um ambiente de diálogo e cooperação entre diversas instituições, do poder público e privado, para a construção de soluções aos desafios da educação pública. Foi instalado em 9 de julho de 2020, por meio de uma parceria do Instituto Articule com o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCE-GO e TCM-GO).

- **8**
reuniões ordinárias
- **3**
reuniões do GT
Busca Ativa Escolar;
- **3**
reuniões do GT Educação Infantil.
- **1**
Nota Técnica sobre diretrizes para a organização e priorização das crianças em fila para vagas em creches

Participantes

- Associação Goiana de Municípios (AGM)
- Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO)
- Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO)
- Federação Goiana de Municípios (FGM)
- Instituto Articule
- Ministério Público de Contas do Estado de Goiás (MPC-GO)
- Ministério Público de Contas junto ao TCM-GO (MPC-TCMGO)
- Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO)
- Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO)
- Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)
- Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional de Goiás (Uncme - seccional GO)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Goiás (Uncme-Goiás)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado – seccional de Goiás (Undime-GO)
- Vigilância Sanitária de Goiás



Dados como aliados da educação infantil

O ano de 2024 foi marcado por iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação infantil, com foco na transparência e equidade na gestão de vagas. Um marco nesse sentido foi a produção e entrega de relatórios com dados do [levantamento detalhado](#) realizado pelo Gaepe-GO, no período de 6 de outubro de 2023 a 8 de fevereiro de 2024, sobre a situação das creches e pré-escolas nos 246 municípios do estado, baseado em dados declarados pelos municípios.

A pesquisa trouxe informações fundamentais sobre a demanda reprimida por vagas, as desigualdades regionais e as lacunas de gestão. Os resultados indicaram que mais de 43,8 mil crianças de 0 a 3 anos aguardam por uma vaga em creches, enquanto cerca de 7,7 mil crianças de 4 e 5 anos esperam matrícula na pré-escola. A pesquisa também revelou desafios como a falta de critérios claros de priorização em 56% dos municípios e a ausência de planos de expansão de vagas em 44% das redes locais que possuem fila de espera por vagas em creches.

Um relatório consolidado foi entregue ao governador, e cada gestão municipal recebeu uma análise com dados individualizados de seu município, com o objetivo de subsidiar políticas públicas mais eficazes e ampliar o acesso à educação infantil.



O que mais o levantamento mostrou sobre a educação infantil em Goiás?

- 52% dos municípios têm fila de espera para creches;
- 33% não possuem qualquer controle sobre as filas;
- 11% das creches não possuem professores no atendimento às crianças;
- 80% dos municípios que possuem fila de espera afirmaram não saber ou não possuir um sistema informatizado para o controle da fila;
- 131 obras de creches em andamento podem gerar 15 mil novas vagas.

Outro desdobramento do levantamento, foi a elaboração da [Nota Técnica n. 01/2024](#), que recomenda diretrizes para a organização da fila de espera para vagas em creches e o atendimento das crianças em situação de maior vulnerabilidade, a partir de prioridades asseguradas em leis nacionais, onde não houver vaga para todos. O documento trouxe orientações práticas para gestores municipais, enfatizando critérios de priorização, transparência e planejamento para expansão de vagas, além de um alinhamento à Lei nº 14.685/2023, que exige a divulgação das filas de espera pelas redes públicas de educação.



Fabrício Motta, conselheiro do TCM-GO

O Instituto Articule conclui mais um ano de atividades comprovando não só a importância como também a eficácia da articulação interinstitucional: os resultados alcançados dão novo ânimo para que os diversos órgãos e a sociedade atuem para concretizar, de fato, as políticas públicas.



Um olhar atento para a evasão escolar

Mais que assegurar o acesso, o Gaepe-GO também abordou formas de garantir a permanência de crianças e jovens na escola. Para isso, dedicou esforços para fortalecer a articulação interinstitucional, fomentando estratégias para enfrentar a evasão escolar no estado, como a adesão à plataforma “Busca Ativa Escolar”, do Unicef.

Uma das iniciativas nesse sentido foi a [disseminação de um vídeo](#) produzido pela Seduc-GO, que contou com a participação de diversos integrantes do Gaepe-GO, para engajar os municípios e reforçar a relevância de um olhar atento à frequência escolar, estimulando a adesão à plataforma

como uma forma bem sucedida de enfrentamento desse desafio.

Com o olhar voltado para o ano de 2025, o Gaepe-GO também preparou um plano de ação para mobilizar as redes municipais quanto à renovação da adesão à “Busca Ativa Escolar”, uma vez que a cada novo ciclo de gestão, é preciso renovar essa parceria.

Entre as estratégias a serem adotadas está a realização de uma palestra para a sensibilização dos gestores municipais e materiais informativos, como guias de uso da ferramenta e compartilhamento de boas práticas.



“

Saulo Marques Mesquita, presidente do TCE-GO (2023-2024)

“O Gaepe é um importante instrumento de efetivação do direito fundamental à educação. Esse espaço de diálogo interinstitucional entre a sociedade civil e instituições públicas relevantes não é apenas teórico, mas tem contribuído para a efetiva alteração da realidade vivenciada por nossos estudantes.”

Ação em pauta



Postado em 19 novembro 2024 às 16:33

Fabrício Motta entrega a Ronaldo Caiado relatório sobre vagas na educação infantil



O Popular

Política

Milhares de crianças seguem fora da educação infantil por falta de vagas em Goiás, diz conselheiro do TCM

Segundo Fabrício Motta, mesmo com a criação de mais de 11 mil vagas, estado tem déficit de cerca de 26 mil vagas



TCM-GO: Conselheiro Fabrício Motta entrega relatório sobre vagas na educação infantil ao governador

25 de novembro de 2024 Notícias Ederson Eurípedes Marques



Postado em 09 abril 2024 às 14:29

Gaepe-GO expede nota técnica sobre fila de espera para acesso a creche e pré-escola



A young girl with curly hair is smiling at the camera. She is wearing a yellow shirt and a backpack. In the background, other children are visible, slightly out of focus.

Relatório Anual de ***Atividades - 2024***



Sobrevoos

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe) do Arquipélago do Marajó foi instalado em junho de 2022, em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), como uma estratégia para propor soluções realistas e eficazes para a educação dos municípios da região.

■ 3 reuniões ordinárias

■ II Fórum do Gaepe-Arquipélago do Marajó

■ 21 reuniões executivas sobre a implementação e progresso das iniciativas do primeiro Pacto pela Transformação do Marajó

■ 4 reuniões do GT Escola Conectada

Participantes

- Associação Bem Comum (ABC)
- Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)
- Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (Amam)
- Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Centro Lemann
- Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte da Universidade Federal do Pará (Cecampe Norte/UFGPA)
- Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da UFGPA (Cecane/UFGPA)
- Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA)
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Habitat Brasil
- Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)
- Instituto Articule
- Instituto Âncora Marajó
- Instituto Déa Maiorana
- Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI/UFGPA)
- Instituto Rede Mondó
- Instituto Reúna
- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério das Comunicações (MCom)
- Ministério das Minas e Energia (MME)
- Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA)
- Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará (MPCM-PA)
- Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)
- Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará (MPT-PA)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Pará (Sebrae-PA)
- Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA)
- Secretaria Municipal de Educação de Afuá
- Secretaria Municipal de Educação de Anajás
- Secretaria Municipal de Educação de Bagre
- Secretaria Municipal de Educação de Breves
- Secretaria Municipal de Educação de Chaves
- Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Arari
- Secretaria Municipal de Educação de Curralinho
- Secretaria Municipal de Educação de Gurupá
- Secretaria Municipal de Educação de Melgaço
- Secretaria Municipal de Educação de Muaná
- Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará
- Secretaria Municipal de Educação de Ponta das Pedras
- Secretaria Municipal de Educação de Portel
- Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra
- Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Arari
- Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista
- Secretaria Municipal de Educação de Soure
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Pará (Uncme-PA)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Pará (Undime-PA)
- Universidade do Estado do Pará (UEPA)
- Universidade Federal do Pará (UFGPA)



Um pacto pela transformação educacional no Marajó

A realização do II Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó foi um dos grandes destaques de 2024 na atuação da governança, trazendo à tona a importância de reconhecer as especificidades da região e promover a equidade educacional. Durante o evento, que reuniu representantes do governo federal, estadual e municipal, sociedade civil e organizações internacionais, foi renovado o Pacto pela Transformação da Educação no Arquipélago do Marajó, consolidando o compromisso com uma agenda de soluções concretas e inclusivas para as crianças e jovens marajoaras.

Como resultado direto, o governo federal reconheceu as especificidades do “custo amazônico” e direcionou verbas para áreas prioritárias. O II Fórum também reforçou o papel da articulação intersetorial na construção de soluções eficazes e sustentáveis para os desafios educacionais da região.

Transporte aquaviário: uma conquista histórica

No final de 2024, como parte de um esforço articulado em diversas instâncias e reforçado pelas interlocuções do II Fórum, o governo federal destinou mais de R\$18 milhões ao estado do Pará para o transporte aquaviário escolar. Essa iniciativa reflete o reconhecimento das dificuldades de acesso enfrentadas por estudantes de áreas ribeirinhas, onde o transporte fluvial é essencial para garantir a frequência à escola.

Os recursos foram repassados por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), permitindo melhorias significativas na segurança e qualidade do transporte aquaviário escolar, além de assegurar a inclusão de mais estudantes no sistema educacional.

Investimento no transporte aquaviário:

- Mais de R\$ 18 milhões destinados ao Pará.
- Benefício direto a milhares de estudantes em áreas ribeirinhas.
- Reforço à equidade no acesso à educação, com reconhecimento das especificidades locais que demandam políticas focalizadas.

Alguns dos legados do II Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó:

- Renovação do Pacto pela Transformação do Marajó, que passou de 16 compromissos em 2023 para 20, em 2024;
- Compromisso coletivo intersetorial com soluções inclusivas e baseadas em evidências;
- Reconhecimento do governo federal das especificidades regionais;
- Fortalecimento da articulação e da colaboração interinstitucional pela garantia da educação do Arquipélago.



Formação continuada de professores como estratégia para equidade

Outro destaque do ano foi o desenvolvimento de um programa de formação continuada para os professores do Marajó que atuam em escolas multisseriadas em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), cujo início se deu no dia 18 de novembro de 2024.



Solenidade de abertura do curso de formação continuada para professores de escolas com turmas multisseriadas

Com investimento de R\$ 7,5 milhões do Ministério da Educação, através da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP/MEC), essa iniciativa vai contemplar, até 2026, 1.620 educadores de escolas multisseriadas, oferecendo mais recursos pedagógicos para que possam lidar com os desafios específicos da educação em comunidades ribeirinhas e indígenas, além de promover práticas inovadoras e culturalmente responsivas.

Em 2023, uma formação também com apoio do MEC foi concluída, com a participação de 510 professores do ensino fundamental (anos iniciais) das escolas dos campos, florestas e rios.

O fortalecimento do investimento na formação continuada de professores e gestores escolares impulsiona não apenas o aprendizado dos estudantes, mas também a valorização do magistério, criando condições para que os profissionais da educação sejam agentes de transformação em suas comunidades.

Destaques dos avanços na formação de professores em 2024:

- R\$7,5 milhões investidos pelo MEC;
- Curso de formação continuada que contemplará até 1.620 educadores de escolas multisseriadas até 2026;
- Promoção de práticas pedagógicas inovadoras.



“

César Colares, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA)

“Graças a essa governança, nós avançamos bastante. Conseguimos ampliar o número de parceiros e instituições que compõem o Gaepe para mais de 40. Além das secretarias municipais e do TCMPA, nós temos uma participação muito interessante da Secretaria Estadual de Educação e do Ministério Público do Estado, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação e de vários representantes de outros ministérios do Governo Federal.”

Mais ações em números

O Gaepe-Arquipélago do Marajó também impulsionou outras iniciativas relevantes ao longo do primeiro ciclo de atuação do Gaepe:



Busca Ativa Escolar

Com o apoio do Unicef, aproximadamente 9 mil crianças foram rematriculadas - 5.116, somente em 2024 - fortalecendo o combate à evasão escolar.



Infraestrutura escolar

Até novembro de 2024, 67 obras escolares foram retomadas, incluindo ampliações e melhorias em áreas ribeirinhas.



Conectividade

O grupo de trabalho intersetorial viabilizou: o fomento aos municípios para adesão ao programa Educação Conectada, do Governo Federal; a definição de cronograma junto ao Ministério das Minas e Energia para beneficiar 938 escolas com o programa Luz para Todos - 396 delas já beneficiadas até novembro de 2024; e a articulação com ANATEL para priorizar recursos da contrapartida do edital de implementação do 5G para a região.



Apoio técnico

Os 18 municípios marajoaras foram incluídos no programa “FNDE Chegando Junto”, do FNDE, que visa dar apoio técnico às secretarias sobre os programas do órgão.



Foi pauta!

OLIBERAL.COM

POLÍTICA

TCMPA aumenta em 50% os recursos federais para transporte escolar fluvial

Aumento beneficiará mais de 305 mil alunos em 733 municípios

Iury Costa*

05.12.24 15h50



A região norte é o foco da medida. (Oswaldo Forte / Arquivo O Liberal)

BUSCA ATIVA ESCOLAR

"Semana D pela Educação" intensifica Busca Ativa Escolar no arquipélago do Marajó (PA)

Por *Texto: Eduardo Rocha / O liberal - com informações de ATRICOM

14.04.2024



gov.br

PT

Entrar

Ministério de Minas e Energia

Assuntos > Notícias > MME reforça compromisso com a educação no Arquipélago do Marajó

LUZ PARA TODOS

MME reforça compromisso com a educação no Arquipélago do Marajó

Parceria vai levar energia elétrica, conectividade e inclusão social às escolas da região impulsionando o Pacto pela Transformação Educacional

Compartilhe: f in

Publicado em 22/11/2024 12h18



Instituto de Educação Matemática e Científica
IEMCI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

IEMCI promove curso de aperfeiçoamento para professores de turmas multisseriadas no Marajó.



gov.br

Entrar

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Assuntos > Notícias > FNDE encerra ciclo de ações no Marajó com última edição do Chegando Juntos

FNDE encerra ciclo de ações no Marajó com última edição do Chegando Juntos

Evento reuniu lideranças locais e nacionais para consolidar avanços na educação do arquipélago

Compartilhe: f

Publicado em 19/11/2024 15h52
Atualizado em 19/11/2024 15h53



TCM-PA e Senado discutem mudanças legais para educação em comunidades ribeirinhas

30 de abril de 2024

Notícias

Ederson Eurípedes Marques



Relatório Anual de
Atividades - 2024



Sobrevoos

Instalado em 24 de outubro de 2022, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT), tem como objetivo aperfeiçoar a governança horizontal, multissetorial e multinível na educação, mediante diálogo, pactuação e monitoramento entre os atores institucionais responsáveis pela formulação, execução, controle, fiscalização, julgamento e regulamentação das questões relacionadas à política educacional. A governança tem parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

- **9**
reuniões ordinárias
- **3**
reuniões extraordinárias
- **1**
reunião do GT Obras
- **1**
reunião do GT Educação Inclusiva
- **1**
Nota técnica sobre viabilidade de o Governo Estadual de Mato Grosso custear obras em creches municipais

Participantes

- Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM)
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (Coegemas-MT)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-MT)
- Conselho Estadual de Educação do Mato-Grosso (CEE-MT)
- Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPMT)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Instituto Articule
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)
- Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso (MPC-MT)
- Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)
- Tribunal de Justiça (TJ-MT)
- União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso (Ucmmat)
- União dos Conselhos Municipais de Educação - seccional Mato Grosso (Uncme-MT)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação - seccional Mato Grosso (Undime-MT)
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)





ALMT

Assembleia Legislativa

Educação infantil como prioridade

No final de 2024, o Gaepe-MT celebrou um dos maiores marcos do ano: a assinatura de convênios entre o Governo do Estado e 13 municípios para a retomada de 15 obras de creches inacabadas. O esforço foi resultado de dois anos de articulação política e interinstitucional, envolvendo atores como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-MT) e a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT).

O processo começou em 2023, com um levantamento que evidenciou a insuficiência de vagas em creches nos 141 municípios mato-grossenses e a existência de obras paralisadas. Em 2024, a mobilização se intensificou com a derrubada de vetos nas leis orçamentárias, a sanção da Lei nº 12.431/2024 — que criou o Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental — e a elaboração da Nota Técnica nº 01/2024, que aborda orientações sobre a viabilidade de o Governo Estadual de Mato Grosso custear obras em creches municipais, incluindo aquelas inacabadas ou paralisadas, que fazem parte do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com essas iniciativas, as creches retomadas beneficiarão milhares de crianças, garantindo acesso à educação infantil — um exemplo claro do impacto que a governança colaborativa pode gerar.

Resumo da iniciativa

1. 13 municípios beneficiados;
2. 15 obras retomadas;
3. Mais crianças em situação de vulnerabilidade serão atendidas.



Antonio Joaquim, presidente do TCE-MT

“Parece simples e até elementar, mas não é e nem foi. Pelo contrário e, por isso mesmo, tem sido revolucionária a experiência de conseguir reunir mensalmente mais de 15 instituições públicas e da sociedade civil em uma pauta de interesse, fazê-las debater, caminhar em uma mesma direção e conseguir resultados concretos. Essa proeza - considerando que infelizmente o comum é a atuação em ilhas que se isolam -, de promover uma atuação conjunta, tal qual um continente, tem uma razão consequente de ser, que foi a constituição e funcionamento do Gaepe-MT, instância de diálogo, cooperação e efetivamente de ação.”

Priorizando quem mais precisa

Outro destaque foi a criação da Matriz de Risco, uma ferramenta desenvolvida pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT (Copec) a partir de dados levantados pelo Gaepe-MT em 2024, sobre a oferta de vagas em creches e pré-escolas no estado. Por meio de uma classificação detalhada, a Matriz identificou 47 municípios com filas significativas de espera para vagas em creches, classificando-os em quatro níveis de gravidade (vermelho, laranja, amarelo e bege).

O grupo vermelho, que representa a situação mais crítica, concentra 69% das crianças em fila de espera, totalizando 5.329 crianças. A Matriz de Risco se mostrou uma ferramenta essencial para orientar a alocação de recursos de forma eficiente, permitindo que as ações priorizem as áreas de maior necessidade e garantindo maior transparência na gestão das políticas públicas.

Número de municípios dentro em cada grau de classificação

Grupo vermelho:

7 municípios – 5.329 crianças em fila

Grupo laranja: 15 municípios

Grupo amarelo: 11 municípios

Grupo bege: 14 municípios

Avançando na pauta da educação inclusiva

Ao longo de 2024, foi criado um grupo de trabalho para discutir e propor soluções aos desafios da educação inclusiva. A partir das discussões, foi elaborado pelo grupo e posteriormente validado pelos integrantes do Gaepe-MT, um questionário a ser aplicado em 2025, visando coletar dados dos municípios sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Essas ações reforçam o papel do Gaepe-MT como uma governança articuladora, que promove diálogos e soluções intersetoriais para desafios educacionais complexos.



Mobilização que vira notícia



Ação conjunta do TCE-MT e do Gaepe-MT garante repasse de R\$ 20 mi para construção de creches

10 de julho de 2024 • Notícias • Vinicius Appel



Prefeitura de Comodoro-MT/AssCom



NOTÍCIAS | POLÍTICA MT

INVESTIMENTO DE R\$ 90,36 MILHÕES

Eduardo Botelho comemora retomada de obras de 13 creches em Mato Grosso

18 Dez 2024 - 18:11
Da Redação

- A +



Foto: AL-MT



Membros do Gaepe-MT recorrem a Botelho para viabilizar novas creches

Botelho e Thiago Silva asseguram recursos para creches até 2027. Quase 12 mil crianças, de 0 a 3 anos, estão na fila de espera

POR ITIMARA FIGUEIREDO / GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO BOTELHO - 16 DE OUTUBRO DE 2024 ÀS 17:44:00

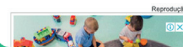


OBRAS PARADAS

Cerca de 12 mil crianças estão na fila por vaga em creches do Estado, diz relatório do TCE

TCE deu "puxão de orelha" no Governo do Estado, que deve custear obras inacabadas ou paralisadas

Nicole Ribeiro/VGN



Um levantamento realizado pelo Gabinete de Articulação



PÁGINA INICIAL > EDUCAÇÃO

Mais de 12 mil crianças esperam por vagas em creches de MT; no Brasil são 4,5 milhões

Se considerarmos esse dado, Mato Grosso é o terceiro estado com a menor necessidade de creches com 34,6% das crianças de 0 a 3 anos, sem vagas. Enquanto o INE Nacional é 37,6%

Joice Gonçalves

30/09/2024 16:56 Atualizado em 30/09/2024 16:56

2 min de leitura

0 Comentários



Após nota técnica aprovada pelo TCE-MT, 17 municípios enviam projetos para obras em creches

28 de junho de 2024 • Notícias • Vinicius Appel



Relatório Anual de
Atividades - 2024



GAEPE.PI

Sobrevoos

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação do Piauí (Gaepe-PI) foi instalado em 21 de março de 2023, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

A governança, pautada pela horizontalidade na relação entre as instituições que a compõem, visa construir soluções conjuntas e articuladas para acelerar a melhoria da educação em todo o estado.

■ 7 reuniões ordinárias

■ 1 Nota Técnica que propõe diretrizes para aprimorar a gestão, a expansão e a transparência nas políticas públicas voltadas a creches.

Participantes

- Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Conselho Estadual de Educação do Piauí (CEE-PI)
- Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)
- Instituto Articule
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI)
- Ministério Público de Contas do Estado do Piauí (MPC-PI)
- Ministério Público Estadual do Piauí (MPPI)
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí (Sinte-PI)
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)
- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Piauí (Uncme-PI)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Piauí (Undime-PI)





Educação infantil: desafios e soluções

Em 2025, o Gaepe-PI dedicou atenção à educação infantil pelo reconhecimento dessa etapa como um pilar essencial para o desenvolvimento educacional. A Nota Técnica nº 01/2024 foi aprovada no início do ano, propondo diretrizes para aprimorar a gestão, a expansão e a transparência nas políticas públicas voltadas a creches.

Com foco na orientação a gestores públicos municipais, o documento busca enfrentar as dificuldades apontadas em um diagnóstico realizado pela governança em 2023, que chamou atenção para o déficit de vagas na educação infantil. O objetivo é induzir a definição, pelos municípios, de critérios objetivos e transparentes para priorizar as crianças mais vulneráveis no acesso à creche, onde houver fila de espera, com amparo na legislação nacional, sem deixar de destacar a necessidade de promover a expansão da rede de forma a garantir atendimento à toda a demanda.

A mobilização dos gestores municipais para a implementação do que preconiza a NT 01/2024 foi tema do [primeiro encontro presencial do Gaepe-PI](#), realizado em 3 de junho, com a presença de Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, Isabel Fonteles, primeira-dama do Piauí

e coordenadora do Pacto pelas Crianças, lançado pelo governo estadual em abril de 2025, além de outras autoridades integrantes do Gaepe-PI.

No evento foi debatido também sobre como avançar na articulação para a construção de soluções para a expansão das vagas em creche, além de discutido como as iniciativas do Gaepe-PI dialogam com movimentos em nível estadual, como os pactos “Primeira Infância na Conta Certa” e o “Pacto pelas Crianças do Piauí”, bem como as decisões e ações do Grupo de Trabalho Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), em nível federal.



Nota Técnica Gaepe-PI 01/2024

- Está em consonância com a Lei nº 14.685, de 20 de setembro de 2023, que determina ao poder público a divulgação da lista de espera nas unidades educacionais.
- Recomenda a coleta de dados sobre a falta de vagas em creches e a transparência das informações a respeito da lista de espera, indicando a adoção de critérios para priorização do atendimento considerando aspectos de equidade – tanto na perspectiva de situações de vulnerabilidade social, quanto das necessidades específicas das crianças.
- Contempla a elaboração de planos de ação para a expansão das vagas, recomendando dotação orçamentária específica e dispõe sobre a relevância de estudos contínuos que investiguem a procura por vagas na educação infantil.
- Trata da importância da oferta de creches em tempo integral para apoiar as mães que precisam conciliar os cuidados parentais com trabalho e rotina de estudos.



“

Jaylson Fabianh Lopes Campelo,
conselheiro substituto do TCE-PI

“A horizontalidade no diálogo entre instituições, característica tão marcante do modelo Gaepe, fortalece e possibilita soluções construídas de forma colaborativa e eficaz. É por isso que essa governança é essencial no acompanhamento da política educacional no Piauí.”

Outro ponto abordado na ocasião da reunião presencial foi a necessidade de um mapeamento da demanda por creche de forma intersetorial - com apoio da União e do Estados, conforme previsto nos artigos 2º e 3º da Lei 14.851/2024. Tal ação acabou, por fim, sendo concretizada pela realização do levantamento nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas”, iniciativa do Gaepe-Brasil, por meio de uma parceria com o MEC e outras 10 instituições públicas e da sociedade civil que atuam na área da educação.

Mais no Gaepe-PI

Educação integral: avanços e reflexões

Outro destaque do ano foram as discussões sobre educação integral em tempo integral, que contou com a [participação de especialistas](#), incluindo o Ministério da Educação, que possibilitou a promoção de um diálogo abrangente e construtivo sobre as práticas e desafios da implementação de escolas de tempo integral, visando identificar estratégias eficazes para superar ambiguidades conceituais e operacionais, e estabelecer um caminho claro para a melhoria contínua da qualidade educacional e a efetivação dos benefícios da educação integral em tempo integral para todos os estudantes.

Segundo a pesquisa Retrato da Educação Infantil no Brasil, o Piauí é o estado com menor percentual de municípios com fila para creche (10%), mas é um dos que apresentam maior percentual de redes que impõe idade mínima para ingresso (93%).

Alfabetização: enfrentando os desafios

O tema da alfabetização também foi prioritário em 2024, com compartilhamento de práticas que deram resultados positivos em alguns municípios, além da apresentação de desafios para garantir a alfabetização para todas as crianças no estado. Além disso, o TCE-PI trouxe à discussão um relatório sobre a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada que apontou dificuldades das gestões municipais no cumprimento dos requisitos do programa. As reuniões que trataram do tema destacaram a necessidade de alinhamento intersetorial para fortalecer políticas de alfabetização e acompanhar de perto as metas estabelecidas.



É assunto de todos!



TCE-PI orienta gestores a responder diagnóstico sobre educação quilombola e indígena

30 de abril de 2024 ■ Notícias ■ Ederson Eurípedes Marques



Gaepe-PI recomenda ações sobre creches aos municípios



por Antônio Luiz Moreira Bezerra — publicado 01/04/2024 08h40,

O Gaepe é uma instância de diálogo entre o setor público e a sociedade civil em prol da educação pública, com apoio do TCE-PI e Alepi, entre outros órgãos.



27/03/2024 11h16 | Atualizada há 12 meses

Por: Cristina



Nota Técnica do Gaepe-PI propõe melhorias na gestão e expansão de creches no Piauí

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Piauí (Gaepe-PI) lançou a Nota Técnica nº 01/2024, focada no aprimoramento da gestão, expansão e transparência nas políticas públicas voltadas para as creches. O documento, assinado no dia 20 de março, tem sido amplamente divulgado entre gestores educacionais e demais agentes que atuam na rede de proteção da infância, através das entidades participantes do Gaepe-PI.



Notícias GAEPE-PI realiza primeira reunião presencial como foco na educação infantil

GAEPE-PI realiza primeira reunião presencial como foco na educação infantil

3 de junho de 2024 11:28, em Destaques, Notícias

Enviar Compartilhar



TCE-PI: Questionário sobre filas por vagas na educação infantil pode ser respondido até 21 de julho



por Antônio Luiz Moreira Bezerra — publicado 19/07/2024 08h03,

A coleta de dados está sendo realizada por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle.



A close-up photograph of a young girl with dark, curly hair and a warm smile. She is wearing a mustard-colored sweater. The background is a blurred classroom setting with bookshelves and other children.

Vamos juntos transformar a educação no Brasil!

